

ISSN 1413-6597

**CADERNOS** AEL  
**10**

**SOCIEDADES OPERÁRIAS E  
MUTUALISMO**

v.6, n.10/11  
Primeiro e Segundo Semestres de 1999

CADERNOS AEL  
Revista Semestral  
v.6, n.10/11  
Primeiro e Segundo Semestres de 1999  
ISSN 1413-6597

Esta revista é indexada no ULRICH's Internacional Periodicals Directory.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Arquivo Edgard Leuenroth

Reitor: Hermano Tavares  
Diretor do IFCH: Paulo Celso Miceli  
Diretor do AEL: Luzia Margareth Rago

Editor deste número: Claudio Henrique de Moraes Batalha

Comissão Editorial: Angela M. C. Araújo, Claudio H. M. Batalha, Luzia Margareth Rago, Rachel Meneguello, Sérgio S. Silva, Sidney Chalhoub  
Conselho Editorial: Ana Maria Camargo, Daniel Aarão Reis, Daniel James, Francisco Foot Hardman, Heloísa Liberalli Bellotto, John French, José Sérgio Leite Lopes, Liliana Segnini, Luiz Mott, Manuel Correia de Andrade, Marco Aurélio Garcia, Maria Célia Paoli, Michael M. Hall, Michel Lowy, Paulo Sérgio Pinheiro, Regina Morel, Ricardo C. Antunes, Rudolf De Jong

Capa, projeto gráfico, editoração: Maria Cimélia Garcia  
Revisão: Mariza C. S. G. Guimarães  
Ficha Catalográfica: Seção de Processamento Técnico do Arquivo Edgard Leuenroth  
Impressão, capa, acabamento: Gráfica do IFCH  
Foto da capa: Liceu de Artes e Ofícios. FERREZ, Gilberto. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918*. Rio de Janeiro : Ex Libris, 1984 p.57  
Realização: Seção de Pesquisa do Arquivo Edgard Leuenroth  
Tiragem: 1.000 exemplares

---

Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo.  
Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, 1999 -

Semestral  
ISSN 1413-6597

1. Sociedades operárias. 2. Mutualismo. 3. História Social.  
4. Arquivos. I. Arquivo Edgard Leuenroth. II. Título  
334.7  
331.8

---

*Arquivo Edgard Leuenroth*  
Cidade Universitária Zeferino Vaz  
Caixa Postal 6110  
13083-970 CAMPINAS - SP  
Fone: 0xx-19-788-1622 Fax: 0xx-19-788-7060  
Home-page: <http://www.ssac.unicamp.br/ael/ael.html>  
Consulta ao catálogo: <http://monet.ael.ifch.unicamp.br>

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

## Sumário

A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). <i>Michel Ralle</i> .....	13
Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. <i>Claudio H. M. Batalha</i> .....	41
Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. <i>Artur José Renda Vitorino</i> .....	69
As sociedades caixeiros e o "fechamento das portas" no Rio de Janeiro (1850-1912). <i>Fabiane Popinigis</i> .....	109
A diretora dos espíritos da classe: a "Sociedade União Operária" de Rio Grande (1893-1911). <i>Benito Bisso Schmidt</i> .....	147
Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. <i>Alexandre Fortes</i> .....	171
Levantamento de periódicos do século XIX, do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, para pesquisa sobre a vida operária <i>Seção de Pesquisa do Arquivo Edgard Leuenroth</i> .....	221

## Sobre os Autores

Alexandre Fortes

Doutorando no Departamento de História da UNICAMP. Bolsista da FAPESP.

Artur José Renda Vitorino

Doutorando no Departamento de História da UNICAMP. Bolsista da FAPESP.

Benito Bisso Schmidt

Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando no Departamento de História da UNICAMP.

Claudio H. M. Batalha

Doutor em História pela Université de Paris I - Panthéon - Sorbonne, professor no Departamento de História da UNICAMP e ex-diretor do Arquivo Edgard Leuenroth.

Fabiane Popinigis

Doutoranda no Departamento de História da UNICAMP.

Michel Ralle

Professor do Institut d'Etudes Ibériques et Latino-Américaines da Université de Paris IV - Sorbonne.

## **A** presentação

Chegar ao número 10 é sem dúvida um feito para uma revista acadêmica no Brasil! Poucos periódicos desse tipo chegam tão longe, já que dificilmente conseguem viver de vendas e só eventualmente conseguem obter financiamento das agências de fomento. Dependem, portanto, inteiramente dos poucos e disputados recursos das instituições a que estão ligados e da dedicação da equipe de publicação (entre editores e pessoal técnico) e dos seus colaboradores. O Arquivo Edgard Leuenroth, tem sua própria cota de experiências frustradas: em 1983-1984 com os *Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth* que não passaram de dois números; e em 1989-1990, com sua participação na inovadora revista *Trabalhadores*, inicialmente publicada pelo Fundo de Assistência à Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, que chegou a seis números. Os próprios *Cadernos AEL* estiveram seriamente ameaçados logo no seu nascimento, pois, lançado o número 1 no primeiro semestre de 1992, o número 2 só seria publicado no primeiro semestre de 1995. Desde então, a revista vem conseguindo, não sem dificuldades, dar conta de um dos principais desafios enfrentados por publicações desse tipo que é o de garantir a periodicidade, com a publicação de dois números anuais prometida no primeiro número.

O projeto editorial apresentado no primeiro número, e seguido desde então, que previa números temáticos relacionados com o vasto leque de temas de estudo propiciado pela documentação do acervo do AEL, unindo artigos e instrumentos de pesquisa (listagens de fontes, inventários parciais de fundos e coleções, etc.), mostrou que permanece válido. De certo modo, essa fórmula garante a originalidade da revista diante de tantas outras revistas de história e de ciências sociais. No entanto, a seção "AEL Informa", presente em todos os números até agora, deixou de ter sentido com a criação neste ano do informativo eletrônico "Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth - O AEL via Internet", que desempenha de forma mais freqüente e mais ágil o papel que era da seção. Desse modo, essa seção foi suprimida a partir deste número dos *Cadernos AEL*.

Por outro lado, esta é uma ocasião apropriada para introduzir algumas alterações no projeto gráfico da revista, que permaneceu praticamente o mesmo desde o segundo número. Essas alterações, mais do que estéticas, visam tornar a leitura da revista mais aprazível.

A idéia de organização deste número dos *Cadernos AEL* surgiu em uma reunião da Comissão Editorial, ainda na gestão de Angela Maria Carneiro Araújo como diretora do AEL, para planejar os próximos números da revista. Nessa ocasião, verificamos que, a despeito da considerável produção de pesquisa em torno da história operária e do sindicalismo e do peso desses temas no acervo do AEL, ainda não havia nenhum número dos *Cadernos AEL* dedicado especificamente a estas questões. O projeto surgido dessa reunião previa um número que englobasse pesquisadores que trabalhassem com esses temas em vários lugares e com recortes cronológicos diversos que iam do século XIX aos dias de hoje. Algum tempo depois, já com Sidney Chalhoub na direção do AEL, quando a Comissão Editorial tentou tornar mais preciso o perfil desse número, e selecionar as contribuições que dele fariam parte, verificou que o número teria dimensões muito amplas para ser exequível. Desse modo, surgiu este número “Sociedades Operárias e Mutualismo”, composto de trabalhos que recobrem aproximadamente um período de cem anos, dos anos 1850 aos anos 1940, e um próximo número organizado por Angela Araújo reunirá artigos sobre o período posterior e a atualidade.

Os seis artigos que compõem este número constituem apenas uma amostra da diversidade existente e das possibilidades de análise abertas pelo estudo dessas organizações. Rompendo com a perspectiva tradicional que coloca em campos distintos a atividade mutualista e a ação sindical, muitos desses trabalhos mostram como as fronteiras são menos claras do que usualmente se supõe. Assim a mutualidade está presente no conjunto de artigos, mesmo que em vários deles essa prestação de serviços não seja o aspecto fundamental da análise. Portanto, o título desse número reflete diretamente esse caráter.

O artigo de Michel Ralle exerce nesse número um papel fundamental, não apenas por tratar de uma experiência fora do Brasil, enriquecendo com isso o conjunto, mas porque, com suas semelhanças e dessemelhanças com o caso brasileiro, o caso espanhol suscita questões que também são interessantes e úteis

para nós. Mais uma vez fica patente – algo que com frequência é esquecido – que, se há um campo da história que só tem a ganhar com a perspectiva comparativa, esse campo é o dos estudos da história do trabalho. De resto, o artigo constitui um riquíssimo esforço para ressaltar o papel específico do mutualismo na Espanha, em que suas relações com as organizações sindicais, com as correntes políticas e com o Estado não são relegadas para o segundo plano, mas são parte importante da análise.

Meu próprio artigo busca levantar algumas questões em torno da construção da classe operária no século XIX, em particular no Rio de Janeiro, dedicando especial atenção aos aspectos de continuidade e de descontinuidade nas formas de organização operária, e buscando ressaltar as diversas formas de atuação das sociedades de socorros mútuos.

A relação entre categorias específicas, determinados movimentos reivindicativos e suas organizações de auxílios mútuos é tratada através de dois estudos de caso, ambos ocorridos no Rio de Janeiro: os tipógrafos e a greve de 1858, analisados por Artur José Renda Vitorino; e, os caixeiros (comerciários) e os diversos movimentos pela diminuição das horas de trabalho da segunda metade do século XIX aos primeiros anos do século XX, estudados por Fabiane Popinigis. No estudo sobre os tipógrafos também assumem importância questões como a inserção dos trabalhadores livres em uma sociedade escravista e o orgulho profissional que essa categoria arvora em virtude de seu grau de qualificação. Já no estudo sobre os caixeiros, merece destaque as particularidades do ofício expressas na crença na possibilidade de ascensão à condição de patrão e na solidariedade inter-étnica entre empregados e patrões, em geral ambos de origem portuguesa, condições que dificultariam o conflito em torno do tempo de trabalho, mas que acabam não sendo suficientes para impedir sua eclosão. À primeira vista pode parecer estranho ao leitor incluir as sociedades de caixeiros entre as sociedades operárias tratadas neste número, entretanto é um procedimento perfeitamente coerente com a noção extremamente abrangente de classe operária empregada na passagem do século XIX para o século XX.

Uma sociedade bastante diferente das outras aqui estudadas, é objeto do artigo de Benito Schmidt, já que a União Operária de Rio Grande reúne vários ofícios de uma mesma localidade e exerce uma tripla função de sociedade de auxílios

mútuos, sindicato e organização política, desempenhando também atividades cooperativistas, educativas e culturais. Nesse estudo, o autor, além de deter-se nas múltiplas funções da União Operária e suas disputas internas, discute o papel disciplinador da organização sobre a classe que pretende representar.

Outro artigo a tratar do Rio Grande do Sul é o de Alexandre Fortes, que aborda a mutualidade em Porto Alegre. Uma parte inicial desse artigo está voltada para destacar a ausência de incompatibilidade intrínseca entre ação sindical e ação mutualista e de que modo a suposta oposição entre as duas foi construída. A despeito das polêmicas em torno do mutualismo no movimento operário da Primeira República, o autor demonstra a continuidade de práticas mutualistas mesmo no pós-1930.

Fechando este número, dentro da tradição do projeto original da revista, há um levantamento realizado pela Seção de Pesquisa do Arquivo de periódicos do século XIX, relacionados com os temas aqui tratados, que integram o acervo do AEL. A presença desse instrumento de pesquisa visa facilitar ao pesquisador o acesso a informações sobre algumas das fontes para o estudo da vida operária no século passado, período que permanece – por razões diversas - menos conhecido que o século XX.

Em virtude do número de citações de documentos do século XIX e do início deste século que finda, cabe aqui esclarecer os critérios de revisão empregados. Todas as citações tiveram a ortografia e a acentuação atualizadas, entretanto as construções gramaticais (que podem parecer bizarras para o leitor de hoje), a pontuação (nem sempre lógica), e as abreviações foram preservadas tal como aparecem no original.

Outro esclarecimento, necessário para o leitor pouco familiarizado com os valores monetários do período, diz respeito aos mil-réis que são mencionados em alguns dos artigos. A unidade monetária básica, no Segundo Império e na Primeira República é, em tese, 1\$000 (mil réis). Um conto de réis corresponde a mil mil-réis, grafado em números arábicos 1:000\$000 (já na Primeira República os dois pontos separando as centenas de milhares de réis seriam substituídos por um único ponto). Com freqüência certos valores são escritos, nos documentos citados, de forma abreviada. Assim, por exemplo, 30\$000 (trinta mil-réis) pode aparecer escrito sem os três zeros



após o cifrão, isto é, 30\$. A longa sobrevivência dessa moeda (que só seria substituída em 1942) deve-se, possivelmente, ao certo prurido que as autoridades monetárias de então tinham em cortar zeros e mudar o nome da moeda para maquiagem a inflação, coisa que mais tarde se tornaria prática corriqueira. Outra explicação possível, e talvez mais realista, é que os economistas ainda não tivessem inventado essa prática astuciosa.

Dados esses esclarecimentos, concluo esta já longa apresentação desejando ao leitor bom proveito.

**Claudio H. M. Batalha**